

EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO: CONCEPÇÕES DE PEDAGOGOS (AS) DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA - AL

Myllenna de Oliveira Santos; Lucas Melo de Abreu Júnior; Ângela Maria Marques; Shirley Emannelle de Lima Santos.

Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. E-mail: myllennadeoliveira@hotmail.com.

Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. E-mail: lucasmelosso@gmail.com.

Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. E-mail: angelamarque@gmail.com.

Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. E-mail: emannuelleshirley@gmail.com.

RESUMO

Diversidade e inclusão são temáticas que estão em um diálogo constante, visto que a diversidade humana que perpassa por elementos de raça, gênero, cor, pessoa com deficiência, ritmos de aprendizagem, dentre outros, estão presentes na sociedade como um todo, e é de extrema importância que essas diferenças sejam respeitadas e trabalhadas de forma a incluir de fato e de direito esses sujeitos que desde a antiguidade foram marginalizados e excluídos por não atenderem aos padrões normativos da sociedade. Contudo, ter profissionais dentro do processo educativo que tenham concepções emancipadoras, transformadoras e acima de tudo, humanas, é o que de fato se quer, para que haja a ruptura paradigmática de preceitos que excluem os sujeitos diferentes do convívio em sociedade. Assim, o objetivo deste trabalho consiste em apresentar uma discussão acerca das temáticas diversidade e inclusão, bem como trazer uma pesquisa realizada no município de Arapiraca-AL sobre as concepções e anseios dos (as) pedagogos (as) do devido município sobre essas duas categorias em destaque. Para a elaboração deste trabalho foi utilizada uma pesquisa bibliográfica com uma abordagem qualitativa, bem como uma pesquisa de campo para compreender a problematiza em questão, e para a coleta de dados foi elaborada uma entrevista semiestruturada direcionada a seis pedagogas do devido município. Os resultados apontaram elementos diferentes e problemáticos no tocante ao reconhecimento da diversidade e da inclusão em contexto escolar. Os sujeitos entrevistados trazem em seu perfil a realidade da educação básica no setor público, bem como as fragilidades da formação inicial e continuada.

Palavras-chave: Concepções, Diversidade, Inclusão, Município de Arapiraca – AL, Pedagogos (as).

INTRODUÇÃO

A educação é parte integrante da formação em sociedade, ela compõe uma série de elementos complexos de diálogo entre a cultura, a política, a economia, a ideologia e outros marcadores sociais. Além disso, os sujeitos que se inserem no processo educativo são produtos do meio e objeto ao mesmo tempo, ou seja, trazem em si suas subjetividades, seus desejos, seus sonhos, suas condições físicas e suas angústias, a partir disso, reconhecemos o quanto é difícil pensar a educação para todos e todas que dela necessitar, ao mesmo tempo reconhecer que a educação é direito universal.

Sobre isso, destacamos as categorias diversidade e inclusão enquanto elementos necessários para (re)pensar as relações sociais entre a heterogeneidade humana. Problematizamos que no campo da diversidade encontramos marcadores interligados com a

dinâmica da inclusão ou seja tudo aquilo que se destaca no corpo, na subjetividade e na cultura fazem parte do diálogo entre as duas categorias estudadas, logo uma não pode ser pensada sem a outra, principalmente em contexto escolar, na qual, seus marcadores mais gritantes (raça, sexo, pessoa com deficiência e ritmos de aprendizagem) são escrutinado na sala, no pátio, no currículo, no banheiro e na relação docente e criança ou aluna/aluno. Desta forma, é evidente o quanto problematizar e discutir essas categorias durante o processo de formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação é de suma importância levando-se em conta que é este sujeito que irá, em sua prática docente, criar pontes para que haja o respeito a diversidade humana ao passo que de fato ocorra a inclusão de pessoas que não estão dentro dos padrões normativos da sociedade.

Assim, o objetivo deste trabalho consiste em apresentar uma discussão acerca das temáticas diversidade e inclusão bem como trazer uma pesquisa realizada no município de Arapiraca-AL sobre as concepções e anseios dos (as) pedagogos (as) do devido município sobre essas duas categorias em destaque.

METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho foi utilizada uma pesquisa bibliográfica com uma abordagem qualitativa, pois de acordo com Botelho e Cruz (2013) a pesquisa qualitativa busca entender o fenômeno em sua complexidade sem estatísticas ou regras, visando sempre trabalhar com descrições, comparações, interpretações e atribuições de significados, investigando sempre valores, crenças, hábitos, atitudes e opiniões de indivíduos ou grupos.

Foi realizada uma pesquisa de campo para compreender a problemática em questão, e para a coleta de dados foi elaborada uma entrevista semiestruturada que segundo Manzini (2008, p.08) “tem como característica um roteiro com perguntas abertas e é indicada para estudar um fenômeno com uma população específica: grupo de professores; grupo de alunos; [...]”.

A construção do devido trabalho exigiu a leitura de autores e autoras como Aguiar (2010), Costa (2009), Hall (2015), Rocha (2002), Rodriguez (2006) e Santiago (2013), onde estes e estas se debruçam acerca das temáticas sobre diversidade e inclusão. Este artigo está dividido em duas partes, na primeira, trataremos das desconstruções dos conceitos de diversidade e inclusão, e na segunda parte, buscaremos trazer uma pesquisa que evidencia quais são os conceitos e práticas utilizadas pelos (as) pedagogos (as) no município de Arapiraca – AL

sobre diversidade e inclusão, bem como se há uma intersecção na prática dessas duas categorias em destaque.

Diversidade e Inclusão: apontamentos críticos para (re)pensar conceitos e construir possibilidades

No campo das produções científicas, as pesquisas, os diversos questionamentos e as práticas que permeiam o universo das categorias diversidade e inclusão vem tornando-se objeto de debates constantes. Sejam nas universidades, nas escolas de educação básica, nos contextos políticos e econômicos, nas reflexões culturais e linguísticas, nas diversas instituições sociais como um todo, a tendência é produzir discursos e saberes sobre os sujeitos dentro dessas categorias. Essa movimentação dispensada à diversidade e a inclusão nos remete a questionar as possibilidades de interlocução entre elas, tendo em vista a problemática de ambas emergirem ora separadas, ora em conjunto, ora significando a mesma coisa e/ou unindo os mesmos fenômenos.

Como bem coloca Aguiar (2010, p. 145),

[...] em períodos distintos da história a condição de qualquer pessoa diferente (pela deficiência, pela etnia, pela opção sexual etc.) era suficiente para que a sociedade não apenas a excluísse do convívio, mas também a destituísse de seu direito ao acesso a bens e serviços.

Ou seja, a diversidade humana não era respeitada e nem vista como características inerentes a todas as pessoas que vivem em culturas diferentes, que tem corpos diferentes, desejos diferentes, bem como modos de aprendizagens diferentes das demais, algo que precisa ser visto como natural ao ser humano e enquanto elemento enriquecedor a ser pesquisado enquanto prática social e pedagógica, pois de acordo com Crochík (2006, p. 16, *apud*, COSTA, 2009, p. 83) “[...] a diferença não deve ser vista como exceção à regra, mas como essência da humanidade”.

Além de todos os estigmas e preconceitos, sejam eles de raça, gênero, cor, corpo, por ter uma deficiência etc, os sujeitos que fogem de padrões dentro da sociedade ainda sofrem com a exclusão seja ela, escolar ou social, pois como bem aponta Rocha (2002, p. 70) esse indivíduo taxado como diferente “[...] vive numa sociedade capitalista, sociedade que quer respostas imediatas, que não valoriza o ser humano e que não respeita as diferenças, deixando-o à margem”, ou seja, excluindo-o, retirando seus direitos e deveres enquanto cidadã ou cidadão, mesmo esses preceitos de cidadania estarem contidos em decretos e leis.

No tocante aos atributos humanos hegemônicos, passamos a aplicar o processo de exclusão, vejamos que esse termo indica algo que foi afastado, separado, negado e/ou considerado abjeto. Nesse sentido, temos que considerar os marcadores humanos citados anteriormente (racional, belo, saudável, masculino, magro e etc.), para contemplar a exclusão. A exclusão refere-se aos sujeitos fora do centro, ou seja, fora do discurso “normativo”.

Diante disso, é importante refletir e buscar ampliar as concepções acerca da diversidade humana, bem como da inclusão, pois ambas disponibilizam-se escrutinar fenômenos que dizem respeito ao mesmo objeto: o sujeito. O sujeito no qual se produz um saber é complexo e mutável, tanto o é que certas definições que se propõem a construí-lo se limitam e se fixam nas categorias vistas como “naturais”, “normais” e “verdadeiras”. A diversidade humana, em particular, permite questionar o núcleo referencial do sujeito moderno, sendo ele compreendido como: racional, saudável, magro, belo e masculino (HALL, 2015).

Assim, ao falar de diversidade e inclusão precisamos remeter ao processo educativo, pois é nele que as primeiras concepções sobre viver em sociedade são formuladas, assim, este tem um caráter formador de extrema importância na vida dos sujeitos. Todavia, sabemos que, infelizmente, a escola é um dos complexos sociais que dissemina o preconceito, que em muitas práticas, sejam elas do professor ou professora, ou da gestão escolar, acaba por não valorizar a diversidade humana e reproduz estereótipos presentes na sociedade. O fato é, para assumir o papel que a escola tem, o de formar indivíduos críticos, se faz necessário práticas que sejam inclusivas, que olhem para os sujeitos em suas singularidades e que os respeitem. Bem colocado por Costa (2009, p. 62) ao afirmar que a educação só será inclusiva e emancipadora quando for “[...] capaz de combater o preconceito na escola, por intermédio de um projeto que contemple e acolha a diversidade humana e as diferenças cognitivas, sensoriais e físicas dos alunos, não as transformando em desigualdades”.

Assim, a inclusão, a priori, precisa ser compreendida enquanto elemento de um discurso político e questionador, nesse caso, o exercício necessário para compreender tal movimento, diz respeito ao questionamento do processo de exclusão, sendo esse seu oposto: por que algo se tornou excluído? Os efeitos da exclusão relacionam-se com a expressão da diversidade humana, ou seja, entendemos a diversidade a partir daquilo que diferenciam os diversos sujeitos, como: sexo, raça, etnia, gênero, religião, classe, corpo, neurotípico, cultura e etc., esses elementos precisam atender aos anseios sociais vistos como “universais” e/ou “naturais”.

E sobre o real princípio da inclusão, Rodriguez (2006, p. 125-126) coloca que:

A inclusão não se restringe à presença física de alunos com necessidades especiais em sala de aula, nem a projetos provisórios de interação. Percebo-a

como uma ruptura de paradigmática e estrutural nas concepções e nas práticas excludentes e discriminatórias que permeiam a sociedade ocidental, atingindo diretamente negros, índios, pobres, mulheres, deficientes...

Quando a diversidade humana não se afirmar nos diversos espaços sociais, começamos a rastrear seus sinais de exclusão, como por exemplo, a escola que não constrói espaços apropriados para atender as pessoas com deficiência física, ou determinadas práticas religiosas são marginalizadas e silenciadas.

Pensar práticas educativas emancipadoras e inclusivas em salas de aula é pensar também o quanto é importante oferecer uma formação inicial e continuada adequada para que esses profissionais da educação, que se deparam muitas vezes com uma sala repleta de crianças diferentes, saibam lidar com essa diversidade humana, sem excluir ou segregar estas das outras e vice-versa. Muitas são as formas de gestão para criar currículos inclusivos, bem como adaptações e práticas pedagógicas que possam facilitar a aprendizagem, mas quais são as políticas que visam contribuir na formação desse professor ou professora que está em sala de aula cotidianamente enfrentando os desafios da prática docente? Qual formação inicial foi dada a este sujeito que contemple as categorias como diversidade e inclusão, e como trabalhá-las em sala de aula? Muitas são as indagações, dúvidas e desafios e é imprescindível parar para buscar respostas urgentes. E como contempla Aguiar (2010) os professores e professoras foram e são preparados (as) para trabalhar com conteúdo, metodologias e avaliações idealizando um aluno, uma vez que sua formação acadêmica, com raras exceções, pouco contribui com orientações para o trabalho com alunos com deficiência e que valorize a diversidade humana.

E sobre a formação desses profissionais que estão hoje na educação bem como suas práticas pedagógicas, Costa (2009, p. 68) nos diz que estes:

[...] não se percebem autores de sua própria práxis, antes reproduzem práticas instituídas (a maioria produzida pelo sistema de ensino), contribuindo assim para a manutenção das estruturas sociais vigentes, revelando-se desmotivados, desencorajados, culpabilizando o Estado e eximindo-se de responsabilidade pedagógica. Assim, mantêm-se atrelados, de maneira inconsciente, às práticas tradicionais, conservadoras, excludentes e discriminatórias, impossibilitando a si próprios o pensar sobre a diversidade humana no cotidiano escolar.

Desta forma, se torna urgente analisar como temáticas sobre inclusão e diversidade estão sendo contempladas em cursos de formação de professores, levando-se em conta que durante o processo educativo as concepções e práticas que estes profissionais tiverem sobre esses temas vão influenciar de forma ímpar na aprendizagem e na inclusão dos sujeitos que são marginalizados e excluídos do contexto escolar e social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir de um questionário semiestruturado aplicado a professoras e professores formados em pedagogia e atuantes, na tentativa de elucidar a relação e possíveis “diferenças” entre os conceitos estudados, lançamos mão da utilização de uma metodologia de cunho qualitativo, pois buscamos interpretar uma dimensão complexa da realidade, na qual, envolve os desejos, anseios, subjetividades e uma gama de sentimentos presentes nas atividades pedagógicas, compreendendo assim aquilo próprio das experiências.

Diante disso, deslocamo-nos para algumas escolas de ensino fundamental do Município de Arapiraca - Alagoas, na tentativa de conversar, ouvir e dialogar com os sujeitos da pesquisa. Destacamos aqui o perfil das/dos entrevistadas/os: professoras formadas em pedagogia, atuantes no setor público, na modalidade regular e formadas em instituições públicas de ensino superior. Aplicamos questões que perpassam sobre o entendimento das categorias escopo da pesquisa, bem como outras questões que envolvem: o cotidiano, a formação e os desafios da prática docente. No total, ouvimos e recolhemos seis entrevistas, que foram gravadas e transcritas, com o nome camuflado para não expor a identidade das pessoas envolvidas.

Questionamos sobre o entendimento da categoria diversidade e inclusão, na tentativa de encontrar elementos e/ou aproximações apresentados nas discussões conceituais anteriormente. Em relação a diversidade, Kele (2018), Célia (2018) e Brenda (2008), destacaram ser as múltiplas características apresentadas pelos sujeitos, dentre elas: a cultura, o gênero ou “as muitas características que configuram nossa sociedade” (CÉLIA, 2018). Ou como pontua Antônia (2018) “Essa palavra tem um conceito muito amplo, mas de forma resumida é aceitar o outro com suas diferenças de cor, raça, cultura, religião”. Logo, percebemos que a noção sobre diversidade se afirma na proposta de traduzir a variedade humana, o que para alguns pensadores e pensadoras, como Santiago (et. al., 2013), pode ser considerado ainda um problema aos princípios conceituais de diversidade, em outras palavras a “heterogeneidade humana [...] ainda é difícil de ser concretizado porque os indivíduos e grupos são capturados em espirais que fragmentam, rotulam e segregam” (SANTIAGO et. al., 2013, p. 168).

Sobre a categoria inclusão, destacamos as seguintes falas:

Inserir pessoas em um grupo, independente de suas características, habilidades e deficiências. Não negar a nenhum sujeito os direitos inerentes a ele, respeitando seus limites e especificidades (BRENDA, 2018).

A inclusão pode ser definida como a prática de acolher todos os alunos, com ou sem deficiência, de modo que se busque compreender as especificidades

de cada educando e a melhor forma de adaptar-se a elas, com o objetivo de promover o avanço de todos (KELE, 2018).

As demais entrevistas pontuaram a inclusão, considerando também o mercado da deficiência, correspondendo a relação conceitual entre diversidade e inclusão enquanto ação de acolher a partir das diferenças. Contudo, é importante destacar que existe um elemento distinto nas falas, qual seja: inserção de pessoas. Ainda em relação a diversidade, seu conceito se resume a descrição da heterogeneidade humana, na inclusão, seu entendimento desdobrasse em “processo” e “prática” contextualizado pelo seu oposto: “exclusão”. Logo, temos subsídios para sintetizar que a inclusão corresponde ao olhar pedagógico para aqueles sujeitos excluídos do processo de ensino e aprendizagem, tendo como demanda a pessoa com deficiência.

Diante dessas duas questões, procuramos investigar o processo de formação em pedagogia, considerando as discussões sobre as categorias estudadas, tendo em vista que a partir das Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia Licenciatura postas pelo Parecer n. 03/2006, a diversidade e a inclusão são recomendadas para compor a grade curricular, bem como serem elementos constitutivos da identidade dessa profissão. Seguimos com o questionamento: Na sua formação, as categorias Diversidade e Inclusão fizeram parte do seu processo de estudos? Justifique. Para descrever um pouco dessa realidade, separamos três falas significativas:

Sim. Confesso que mais inclusão que diversidade. Diante de um curso com inúmeras carências, nós alunos que tínhamos que nos aprofundar mais e, minha área sempre foi voltada para a inclusão. É fato que falar em inclusão abordamos nitidamente a diversidade, mas em relação a suas especificidades, não tive muita especialização (LAÍS, 2018).

Sim. Há disciplinas específicas para se trabalhar o educador frente a essas situações, tanto para formar educadores reflexivos e aptos a adaptação de materiais didáticos e metodologias de ensino, como uma própria disciplina para trabalhar deficiências específicas, como a disciplina de Libras (CÉLIA, 2018)

Sim, sobretudo a abordagem de temas relacionados ao processo de inclusão escolar (KELE, 2018).

Enquanto estudante, muito pouco. Esses temas têm sido estudado por mim já como profissional, atualmente em nossa prática escolar é necessário conhecer esses temas (ÂNTONIA, 2018).

Percebemos que existem discussões e disciplinas que abordam as categorias levantadas, bem como uma descrição objetiva do tratamento dispensado ao conteúdo apreendido durante a formação, como: construção de materiais, o pedagógico enquanto qualidade do trabalho

educativo, a reflexão e transformação a partir da perspectiva de trabalho adotada e etc. Contudo, o que chama atenção nos relatos é a ênfase atribuída a inclusão demonstrando assim uma “deficiência” e/ou insuficiência em sintonizar o saber sobre a diversidade. Nas considerações de Santiago (e. al., p. 46, 2013),

[...] nosso olhar se dirige ao processo de formação de professores, que assume importante caráter no processo de reestruturação das escolas de educação básica, pois o currículo de formação docente está intrinsecamente relacionado com a orientação político-pedagógica assumida nas práticas em sala de aula pelos professores.

Nosso objetivo em buscar refletir sobre a formação acadêmica compete ao entendimento sobre o currículo, no qual, deve cumprir a função de ser um elo entre o saber produzido na Universidade e a construção de práticas na realidade escolar, contemplando assim a complexidade na qual os sujeitos são caracterizados, seja essa complexidade de raça, de sexo, de gênero, de ideologias, de condições biofísicas múltiplas etc.

Finalizamos as entrevistas com duas questões que se interligam, ao mesmo tempo que apresentam uma dimensão problemática e urgente para a formação e o trabalho desenvolvido na realidade escolar atrelado as dimensões dos saberes sobre Diversidade e Inclusão. Indagamos sobre a existência de formação continuada para as/os profissionais da escola em que a/o profissional atua, ao mesmo tempo caso exista, como ocorre e quem disponibiliza?; Como as temáticas sobre inclusão e diversidade são trabalhadas durante as formações continuadas?

Em relação a primeira, destacamos as seguintes falas:

As formações são oferecidas de forma geral a todos os professores e funcionários da instituição a cada semestre, mas o Centro de Apoio a Inclusão Especializada e a Secretária de Educação do município disponibiliza formações da área conforme a dificuldade do professor sobre a temática. Há formadores da Semed específicos na área da inclusão disponíveis a orientação aos professores (CÉLIA, 2018).

Sim, são encontros dirigidos pela coordenadora de educação infantil do município (KELE, 2018).

A escola disponibiliza profissionais de diversas áreas para debater sobre temas atuais e esclarecer dúvidas frequentes para nós, atuantes em sala de aula. Mas acredito que enquanto profissional devemos buscar outras especializações e não apenas depender da escola (LAÍS, 2018).

Existe sim na escola, realizada pela coordenação de nossa escola, mediante as dificuldades encontradas na escola: com temáticas orientadas pela coordenação, mediante a necessidade da nossa escola, um desafio, uma dificuldade de entender melhor, desenvolver nosso trabalho em sala, por ter um número grande de autista e outras deficiências, tirar nossas dúvidas. A inclusão foi citada por alguns professores. Semana passada houve uma palestrante que apresentou para todos professores, sobre Autismo (DENISE, 2018)

A realidade sobre a formação continuada é presente diante das entrevistas, apenas uma afirmou não ter recebido formação e nem ter tempo para participar de capacitações ou outra atividade voltada para a potencialização dos saberes necessários à prática docente. A dinâmica sobre a formação é diversificada, ocorrem por meio da Secretária de Educação do Município, são oferecidas para todos e todas as pessoas que fazem parte da escola, bem como disponibilização de profissionais especializados para dá suporte a escola quando necessário. Fica evidente também, que o tema tratado é restrito a educação especial, ou seja, aos saberes práticos para atender crianças, alunas e alunos com necessidade educacionais especiais.

Sobre a ênfase dada ao trabalho prático e restrito a educação especial, percebemos essa realidade no tocante ao segundo questionamento, no qual, apontamos a qualidade do conteúdo discutido nas formações:

É trabalhado a adaptação curricular, produções de materiais didáticos, estudos e pesquisas sobre diferentes deficiências, metodologias utilizadas que demonstram o avanço do aluno. Temas como: primeiros socorros e pais como coterapeutas são abertas as famílias (CÉLIA, 2018).

Em nossa escola existem alunos com necessidades especiais, porém ainda percebe-se uma certa dificuldade de alguns profissionais saberem trabalhar com esses alunos (ÂNTONIA, 2018).

Temas assim são frequentes em debates e para mim que estou em sala de aula considero muito superficial (LAÍS, 2018).

De um modo muito superficial (KELE, 2018).

Diante das falas, percebemos uma grande dificuldade em considerar a formação continuada, os conceitos abordados, a reflexão sobre a prática e a dimensão do trabalho pedagógico como um todo, atrelado ao compromisso em transformar a realidade considerando a diversidade humana e a inclusão enquanto categorias interconectadas. Pensar a inclusão sem considerar que os sujeitos são diferentes, têm ritmos de aprendizagem diversos, têm origens étnicas, econômicas e culturais distintas, sinaliza um saber, como os sujeitos entrevistados descreveram, superficial e desconectado da realidade.

Desse modo, destacamos ser de extrema importância repensar a formação inicial e continuada, ponderando questões que não são distintas e nem paralelas, mas que façam parte do mesmo contexto, como: diversidade e inclusão. Ambas as questões dizem respeito as mesmas coisas e materializam as práticas pedagógicas voltadas ao reconhecimento das condições singulares de cada sujeito que entra na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a presente pesquisa buscou compreender a compreensão sobre diversidade e inclusão que perpassa a prática e o imaginário das/dos profissionais docentes, bem como, por meio da entrevista semiestruturada tentou-se trazer um pouco da realidade das categorias estudadas na prática.

As seis entrevistas apresentaram elementos diferentes e problemáticos no tocante ao reconhecimento da diversidade e da inclusão em contexto escolar. Os sujeitos entrevistados trazem em seu perfil a realidade da educação básica no setor público, bem como as fragilidades da formação inicial e continuada. Diante das falas, destacamos que existe um entendimento e uma importância atribuída ao saber sobre diversidade e inclusão, contudo ainda fragmentado e tímido, muitas vezes a ênfase do trabalho recai ao aspecto prático com ênfase na inclusão. Sobre a formação continuada, em particular, entendemos ser uma realidade de extrema importância, tendo em vista estarmos diante do serviço público e da educação como direito, o Estado deve por via de políticas públicas responder as demandas por formação continuada. Em alguns trechos, as formações acontecem, porém, a necessidade externalizadas de algumas entrevistas sinalizam uma discussão superficial e descontextualizada, dificultado assim o atendimento e a intervenção com qualidade.

Portanto, a realidade do trabalho docente é difícil e dramática, destacamos que é preciso que exista um diálogo mais profundo com questões que envolvam saberes sobre a diversidade humana, tanto na formação inicial quanto na formação continuada, bem como, é preciso que exista cobranças aos órgãos públicos para capacitar seus profissionais e dá suporte especializado para que todos e todas possam ser atendidos e reconhecidos como tendo necessidades e condições de vida diferentes. A partir desses elementos, afirmamos que a diversidade e a inclusão podem passar a ser reconhecidas caso exista compromisso daqueles que participam da construção da educação escolar, sem esse compromisso, a inclusão e a diversidade corresponderão a discursos vazios e sem significados.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lucia Gusson. Desafios do coordenador pedagógico no processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. **O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

BOTELHO, J. M.; CRUZ, V. A. G. da. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n.º 3/2006. **Diretrizes curriculares da Pedagogia**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003_06.pdf> Acesso em: 26 de agosto de 2018, às 12h20min.

COSTA, Valdelúcia Alves da. Políticas públicas de educação e formação de professores: experiências de inclusão dos alunos com deficiência na escola pública. In: CHAVES, Iduína Mont Alierne; COSTA, Valdelúcia Alves da.; CARNEIRO, Waldeck. **Políticas públicas de Educação: pesquisas em confluência**. Niterói: Intertexto, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2015.

MANZINI, E. J. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percurso - NEMO** Maringá, v. 4, n. 2 , p. 149- 171, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/viewFile/18577/10219>>. Acesso em: 24 de agosto de 2018, às 18h50min.

ROCHA, Rosanes. Educação especial... onde está a diferença?. In: SOUZA, Regina Célia de. **A práxis na formação de educadores infantis** / Regina Célia de Souza, Maria Fernanda Silveira Tognozzi Borges. - Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

RODRIGUEZ, Rita de Cássia Morem Cóssio. Políticas públicas e a práxis da inclusão. In: CAMARGO, Ieda de. **Gestão e políticas da educação**. - Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SANTIAGO, Mylene Cristina, et. al. **Educação Intercultural: Desafios e possibilidades**. 1 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.